


**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 5**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-098-8

DOI 10.22533/at.ed.988190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PADRE RAPHAEL MARIA GALANTI: ABORDAGEM CÍVICA E JESUÍTICA DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS	
Ligia Bahia de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9881904021	
CAPÍTULO 2	14
GENEALOGIA DO <i>ETHOSEM</i> SARTRE: IMPLICAÇÕES DO ATUALISMO ONTO-FENOMENOLÓGICO NA LITERATURA E DRAMATURGIA	
Ricardo Fabricio Feltrin	
DOI 10.22533/at.ed.9881904022	
CAPÍTULO 3	28
PARA QUE FILOSOFIA? A FINALIDADE DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Ítalo Leandro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904023	
CAPÍTULO 4	38
AMBIENTE FAMILIAR LETRADO: SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Leliane Aparecida Ribeiro	
Sandra Fiorelli de Almeida Penteado Simeão	
DOI 10.22533/at.ed.9881904024	
CAPÍTULO 5	43
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DISCENTES EM UMA DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA USABILIDADE DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE	
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza	
André Ribeiro da Silva	
Cássio Murilo Alves Costa	
Maria Auristela Menezes Costa	
Jitone Leônidas Soares	
Jônatas de França Barros	
Carissa Menezes Costa	
Críssia Maria Menezes Costa	
Fernando Antibas Atik	
DOI 10.22533/at.ed.9881904025	
CAPÍTULO 6	49
ANTROPOLOGIA LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DO OLHO E DO OLHAR EM “O CORAÇÃO DELATOR” DE EDGAR ALLAN POE	
Anelliz Galvão do Amaral Giovaneti	
DOI 10.22533/at.ed.9881904026	

CAPÍTULO 7	55
ANÁLISE SOB OS CRITÉRIOS DO MEC DE UM CURSO ABERTO MASSIVO	
Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.9881904027	
CAPÍTULO 8	66
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NO FACEBOOK: COLABORAÇÃO, LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA	
Inês Cortes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904028	
CAPÍTULO 9	76
ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”	
José Ronaldo Ribeiro da Silva Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.9881904029	
CAPÍTULO 10	88
PARA UMA CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	
Jucélia Maciel do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.98819040210	
CAPÍTULO 11	91
A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAS) DO PORTO DE PARANAGUÁ- PR E AS ATUAIS DEMANDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MARÍTIMA	
Luceli Gomes da Silva Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040211	
CAPÍTULO 12	104
AS LINGUAGENS UVIVERSAIS	
Manoel Lima Cruz Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040212	
CAPÍTULO 13	117
BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR	
Flávia de Castro Caixeta Kamylla Guedes Sena Tiago Gonçalves Côrrea Fernanda Duarte Pinheiro Vanessa Arruda Pires Karina Pereira da Silva Juliana Martins de Souza Janaína Cassiano Silva	
DOI 10.22533/at.ed.98819040213	

CAPÍTULO 14 124

AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DO ARACATI/CE: DO IDEAL AO POSSÍVEL

Catarina Angélica Antunes da Silva
Gilson de Sousa Oliveira
Enéas de Araújo Arrais Neto
Tânia Serra Azul Machado Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.98819040214

CAPÍTULO 15 137

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira
Arlene Maria Soares de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.98819040215

CAPÍTULO 16 150

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA
MODALIDADE

Paula Eliane Costa Rocha
Patrícia Moraes Veado
Andrea Cristina Versuti

DOI 10.22533/at.ed.98819040216

CAPÍTULO 17 162

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O VÍDEO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Argicely Leda de Azevedo
Gerilúcia Nascimento de Oliveira
Jorgete Comel Palmieri Mululo
Polyana Milena Barros Navegante
Carolina Brandão Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.98819040217

CAPÍTULO 18 170

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA”
DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Bruno Bortoloto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.98819040218

CAPÍTULO 19 184

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À CIDADANIA TENDO AS MÍDIAS COMO FONTE DE
MANIPULAÇÃO E CONSUMISMO

Danielle Stewart Oliveira de Araujo
Ícaro Ribeiro Soares
Maria Clara Pinto Cruz

DOI 10.22533/at.ed.98819040219

CAPÍTULO 20	195
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM AULAS DE HISTÓRIA	
Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves Shirlei Alexandra Fetter	
DOI 10.22533/at.ed.98819040220	
CAPÍTULO 21	212
A MÁQUINA DISCIPLINADORA: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Ravelli Henrique de Souza Marta Regina Furlan de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040221	
CAPÍTULO 22	222
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.98819040222	
CAPÍTULO 23	233
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA PELA CRIANÇA: DIALOGANDO COM ALEXANDER ROMANOVICH LURIA	
Lorita Helena Campanholo Bordignon Marilane Maria Wolff Paim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040223	
CAPÍTULO 24	244
OS DESAFIOS DO EDUCANDO DO PROGRAMA TOPA NO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO	
Joilson Alcindo Dias Maria Aparecida da Silva Braz Vinícius Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.98819040224	
CAPÍTULO 25	254
TORNAMO-NOS ATRAVÉS DAS COISAS	
Luiz Antonio Pacheco Queiroz Willian Carboni Viana	
DOI 10.22533/at.ed.98819040225	
CAPÍTULO 26	261
A INCLUSÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA REGIONAL NOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA DISCIPLINA HISTÓRIA, EM MATO GROSSO DO SUL	
Elizabeth de Fátima da Silva Mattas	
DOI 10.22533/at.ed.98819040226	
CAPÍTULO 27	274
REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS: INOVAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO	
Edelcio José Stroparo	
DOI 10.22533/at.ed.98819040227	

CAPÍTULO 28 284

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sonia Maria Duarte Grego
Flaviana Cristine Assumpção
Eliana Curvelo
Marisa Veiga Capela

DOI 10.22533/at.ed.98819040228

CAPÍTULO 29 295

RELAÇÃO INTERSEMIÓTICA DE TEXTOS MULTIMODAIS: UM ESTUDO IDEACIONAL CONFORME AS GRAMÁTICAS *SISTÊMICO-FUNCIONAL* E DO *DESIGN VISUAL*

Jeniffer Streb da Silva
Noara Bolzan Martins

DOI 10.22533/at.ed.98819040229

CAPÍTULO 30 301

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

DOI 10.22533/at.ed.98819040230

CAPÍTULO 31 316

O SOLDADO E A BAILARINA: PRÁTICAS PSICODRAMÁTICAS NO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Manon Toscano Lopes Silva Pinto

DOI 10.22533/at.ed.98819040231

CAPÍTULO 32 325

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza
Edison Riuitiro Oyama

DOI 10.22533/at.ed.98819040232

CAPÍTULO 33 336

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIDÁTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2004-2010)

Adriana Rodrigues
Andréa Maturano Longarezi

DOI 10.22533/at.ed.98819040233

CAPÍTULO 34 348

A PROBLEMÁTICA DO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DA ESCOLA RUI BARBOSA EM PINHAL GRANDE /RS

Ivani Belenice Dallanôra
Cibele Pase Liberalesso
Marilene Scapin
Thaís Vendruscolo
Zenita Maria Uliana Posser

DOI 10.22533/at.ed.98819040234

CAPÍTULO 35 357

O VALOR DA MARCA E A PERCEPÇÃO DO INTANGÍVEL: CAMPANHAS NATURA

Daiane do Rosário Martins da Silva

Mirian Sousa Moreira

Ana Clara Ramos

Carla Mendonça de Souza

Allana Dalila Costa Rodrigues Lacerda

Liliane Guimarães Rabelo

Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.98819040235

SOBRE A ORGANIZADORA 368

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – RN

Arlene Maria Soares de Medeiros

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – RN

RESUMO: Este estudo analisa a diversidade social discutida em dissertações e teses brasileiras recentes, relacionadas à educação. A temática foi explorada através do conteúdo dessas pesquisas, sendo observado pontos de aproximações e divergências entre as pesquisas. Por meio desta pesquisa bibliográfica, observou-se que Bortolini (2012) estudou caminhos didáticos pedagógicos utilizados por educadores em atividades que exercitassem a questão da diversidade sexual e de gênero na escola e quais limites poderiam ser identificados em cada um destes caminhos. Em outro cenário, Silva (2011) objetivou analisar os conceitos de diversidade e tolerância nas propostas de políticas de educação publicadas pela UNESCO, a partir de 1990, sob o referencial de Marcuse, que relaciona os conceitos de diversidade e tolerância com as promessas de liberdade e autonomia na atual sociedade. Por fim, Moreira (2016) analisou textos elaborados durante a tramitação do Projeto de Lei n. 8035/2010, que instituiu o Plano Nacional de

Educação - PNE 2014, utilizando como baliza documentos pertinentes que o antecederam e, por meio destes, visou identificar a configuração político-discursiva que colocou em rota de colisão as demandas globais por educação e direitos humanos com as demandas locais de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos. Para a sociedade caminhar em direção à pluralidade é necessário a reforma da mente dos sujeitos, mas a atual ordem social tem impedido o alcance de uma tolerância real. As conclusões trazem uma perspectiva para a construção de didáticas, formação docente e práticas pedagógicas condizentes com a desconstrução da desigualdade e do preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Reconhecimento; Pluralidade; Inclusão.

ABSTRACT: This study analyzes the social diversity discussed in recent Brazilian dissertations and theses related to education. The thematic was explored through the content of these researches, being observed points of approximations and divergences between the researches. Through this bibliographical research, it was observed that Bortolini (2012) studied pedagogical didactic paths used by educators in activities that exercised the issue of sexual and gender diversity in school and what limits could be identified in each of these

paths. In another scenario, Silva (2011) aimed to analyze the concepts of diversity and tolerance in the proposals of education policies published by UNESCO, starting in 1990, under the Marcuse framework, which relates the concepts of diversity and tolerance to the promises of freedom and autonomy in today's society. Finally, Moreira (2016) analyzed texts elaborated during the course of Law's Project no. 8035/2010, which established the National Education Plan - PNE 2014, using as beacon pertinent documents that preceded it and, through these, aimed at identifying the political-discursive configuration that placed the global demands for education and human rights on a collision course with the local demands of conservative groups and religious fundamentalists. For society to move towards plurality is necessary to reform of the mind of the subjects, but the current social order has prevented the attainment of a real tolerance. The conclusions provide a perspective for the construction of didactics, teacher training and pedagogical practices consistent with the deconstruction of inequality and prejudice.

KEY WORDS: Diversity; Recognition; Plurality; Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo tem em vista a análise da relação entre a diversidade e a educação em tela em algumas dissertações e teses recentes, defendidas em Programas de Pós-Graduação em educação no Brasil. Propõe-se discutir a escola como um espaço indispensável à promoção da desconstrução de valores e percepções sociais estabelecidas que legitimam diferenças em desfavor da diversidade, ao suscitar variadas possibilidades de intolerância, extremismos e preconceitos simbolicamente difundidos na sociedade. Deste modo, a escola deve assumir sua condição de instituição social que deve propiciar ambientes plurais, participativos e equitativos, adequados a fomentar a coletividade. Este texto faz parte de uma dissertação de Mestrado em Educação, o qual já foi apresentada e publicado nos anais do vi SETEPE 2016. Ele sofreu algumas alterações e atualizações para esta publicação.

2 | METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo, tendo em vista o objetivo de ser desenvolvido a partir de estudos científicos (GIL, 2008), prevalece a utilização da pesquisa bibliográfica ao considerar estudos já realizados sobre o tema em questão, os quais deram amparo e contribuições a esse trabalho. Esta temática foi explorada através do diálogo entre as ideias dos autores das dissertações e teses, a saber, Jasmine Moreira, Alexandre Bortolini e Lenildes Silva.

AUTOR(A)	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA DO TRABALHO	ANO
Jasmine Moreira	Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014.	UFPR-PR	Dissertação	2016
Alexandre Bortolini	Diversidade sexual na escola: Currículo e prática pedagógica	PUC-RJ	Dissertação	2012
Lenildes Silva	O discurso moderno sobre a tolerância, diversidade e educação: os documentos da UNESCO e a crítica de Marcuse	UNICAMP-SP	Tese	2011

Dissertações e Teses que discutem a diversidade

Fonte: Pesquisa Bibliográfica realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES em Outubro de 2016.

Esses três trabalhos foram escolhidos por proporcionar uma maior abrangência ao tema da diversidade, por tratarem de assuntos que complementam informações em diferentes circunstâncias, tornando mister identificar questões recorrentes, semelhanças e distinções entre seus argumentos e conclusões, além de observar abordagens, sugestões e críticas unívocas ou não. Deste modo, são consideradas duas dissertações e uma tese, consistindo em um trabalho que aborda a diversidade em documentos internacionais, da UNESCO, outro na elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014 e, por fim, outro em relação ao currículo e práticas pedagógicas.

3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

Estas pesquisas foram concluídas, no máximo, há seis anos e apresentadas/ defendidas em reconhecidas universidades brasileiras. Podemos notar que o tema da diversidade foi apresentado, também, sobre a forma de uma questão muito exposta em nosso país atualmente, como a causa das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), grupo que obteve deferimento em demandas por identidade e reconhecimento no nosso poder judiciário (OLIVEIRA, 2013).

A diversidade na escola é um tema com novidades também em outras frentes. Podemos somar às medidas reconhecidas pelo poder judiciário outros exemplos de demandas que envolvem diretamente a escola e tornaram-se políticas de educação, fortalecendo este tema e o envolvimento da diversidade na escola, como a Lei nº 10.639/2003 que acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) os artigos 26-A e 79-B. O Artigo 26-A institui o estudo da história da África e dos Africanos privilegiando o ensino sobre a cultura e história afro-brasileiras e a luta dos negros no Brasil, observando o negro na formação da sociedade nacional. No Artigo 79-B, inclui-se no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

Outras medidas com impactos sociais nas normativas da educação nacional foram a meta 4 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) sobre a universalização do atendimento das crianças deficientes de 4 a 17 anos e a meta 14 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), referente a elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, uma medida que busca “implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado”. Essas determinações são primordiais na medida em que traz a tona questões antes esquecidas e de extremas desigualdades das populações indígenas e do campo, favorecendo o acesso ao ensino, a dignidade da pessoa humana, no que diz respeito ao empoderamento do conhecimento antes negado e da possibilidade desses povos com seus estudos apresentarem, eles mesmos, suas culturas conforme a forma que se vêm.

Em princípio, algumas articulações, que serão discutidas posteriormente com maiores detalhes, foram observadas entre as dissertações e tese analisadas, ficando evidentes os seguintes pontos mais relevantes: na contextualização do assunto houve críticas à prática neoliberal; outro ponto em comum foi não tratar grupos desfavorecidos de maneira que torne os favorecidos sinônimo de referência e normalidade; pontuou-se ainda que existe uma agenda global da educação atrelada à diversidade e como resposta às consequências do capitalismo; houve também, unanimidade, quanto à tolerância tratada pelos poderes instituídos na sociedade vigente servir mais a exclusão do que a inclusão; além disso, pontuou-se que os sujeitos deveriam ser tratados a partir do seu particular movimento constitutivo, e não, definidos integralmente a partir de atitudes compreendidas socialmente como pertencentes a estilos previamente excluídos, dentre outras importantes discussões.

Para haver uma maior profundidade e discussão sobre as conclusões e sugestões destes trabalhos apresentados convém apreciar os detalhes destes. Primeiramente, versaremos sobre a dissertação da autora Jasmine Moreira (2016) a respeito da implementação do PNE e a inclusão ou não do grupo LGBTTT em seu texto. Assim como nas outras pesquisas, nesta dissertação também há uma abordagem crítica ao liberalismo como catalizador de um ambiente desfavorável à diversidade e é dito que os direitos humanos ganharam em substância após os problemas gerados pela globalização.

Para discutir a diversidade, Moreira (2016) fez um estudo sócio-político-econômico sobre a inclusão do grupo LGBTTT no PNE 2014 e um diálogo entre a AGEE (Agenda Globalmente Estruturada para a Educação) de Roger Dale (2004), Pânico Moral de Gayle Rubin (2003) e a Governamentalidade Biopolítica de Michel Foucault (2010) para contextualizar, em síntese, que havia uma agenda global para inclusão deste grupo no PNE, implementada no país através do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) (evento que serviu

de diretriz para o PNE), mas através do Pânico Moral, iniciado principalmente pela bancada fundamentalista no congresso nacional a partir de um material produzido em 2010 para o programa escola sem homofobia, foi retirado do documento final do PNE a menção a esses grupos, insinuando a dificuldade de tratar temas abarcados pela diversidade nos documentos de referência para políticas públicas.

Neste documento, em seu Art. 2º sobre as diretrizes do PNE, há o amparo à “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade [...]” e a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014). Acerca deste trecho do PNE um importante episódio ocorreu a respeito da questão de gênero e, sobre isso, o livro oficial elaborado pela Câmara dos Deputados em parceria com o Senado Federal, que reúne artigos de consultores que contribuíram para a aprovação do PNE afirma que ocorreu uma polêmica com o projeto original referente à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado retirou a ênfase em uma política específica a determinados grupos, como a promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão que havia no documento elaborado pela Câmara, e substituiu pela promoção da “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Esse debate acabou com a aprovação do texto já mencionado do Art. 2º, apoiado pelo Senado (BRASIL, 2014, p. 22). As categorias especificadas no texto inicial foram suprimidas do texto final, mas o texto trouxe a busca pelo alcance da pluralidade com a erradicação da discriminação de modo genérico.

O MEC em Brasil (2015, p. 1), após a retirada deste trecho com a expressão de uma política relativa a gênero do PNE, elaborou uma Nota Técnica sobre o termo para definir o seu conceito e dá suporte à elaboração dos planos de educação locais, municipais e estaduais, na qual gênero refere-se “à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade” e menciona que o conceito de gênero é “imprescindível para a compreensão de aspectos sociais, culturais e históricos da sexualidade e tem implicações imediatas no entendimento sobre arranjos familiares e parentalidade, por exemplo.” (MEC, 2015, p. 1).

Percebe-se, através do explicitado acima, que a discussão sobre gênero e orientação sexual foi inserida de forma apenas a ser subentendida ou de forma genérica nas discussões em torno da cidadania e dos direitos humanos nestes dois documentos. Essa menção que evidenciava esses grupos era esperada, por todo o histórico dos documentos citados, e necessária para a redução da evasão escolar do grupo LGBTTTT por causa do preconceito. O impulso dessa omissão chegou aos debates referentes aos planos de educação estaduais e municipais, em todo Brasil, pois sem qualquer alusão a prática de políticas específicas para o grupo LGBTTTT, o amparo orçamentário para este fim ficou comprometido.

Deste modo, vem à tona o debate, considerado importante também nos outros

trabalhos analisados, sobre alguns grupos serem incluídos em documentos ou políticas públicas de uma forma que causa mais a exclusão do que a inclusão desses grupos. Para expor essa situação, Moreira (2016) vale-se da definição de Foucault (2013 apud MOREIRA, 2016), que diz:

A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos [...]. trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão (FOUCAULT, 2013 p.114 apud MOREIRA, 2016).

Esta inclusão por exclusão que liga os indivíduos a aparelhos corretivos ou de transmissão do saber deve ter na escola sua principal laboração em oposição, em um processo orientado por seus documentos de referência e pelos gestores escolares. Mas, segundo Veiga-Neto e Lopes (2002, p.131 apud MOREIRA, 2016), essas políticas atuam com “o convencimento dos indivíduos de suas incapacidades ou capacidades limitadas de entendimento, participação ou promoção social, educacional e laboral”. Esses dois comentários são muito pertinentes e serão discutidos em associação com o contexto dos outros estudos e suas fundamentações que, conjuntamente, evidenciam como o Estado tem atuado na normatização dos corpos a partir da heteronormatividade até mesmo na escola.

Um detalhe que este estudo trouxe e ratifica esta ideia é que após a retirada do homossexualismo do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM8) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) houve outros enquadramentos de doenças em categorias médicas referentes a gêneros diversos ao heterossexual como os “transtornos de identidade de gênero” para a transexualidade ou “disforia de gênero”.

Berenice Bento em artigo com Larissa Pelúcio (2012) concordam que, atualmente, nesta polarização de múltiplas sexualidades contra o poder heterossexual, ainda há a patologização da sexualidade, mas agora como um “transtorno de gênero”. Deste modo, segundo Bento e Pelúcio (2012, p. 572), “se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos [...] a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros”. Destarte, a desconstrução e desestabilização de binarismos que impeçam um olhar que veja a igualdade mais que a diferença como procedimento metodológico, para este objetivo, é frisada como condição *sine qua non* para superar esta polarização, especialmente binarismos tão marcados na sociedade como os relativos a gênero e, mais especificamente, entre homem/mulher e homossexual/heterossexual.

Por fim, é ressaltado que a crítica proporcionada não nega avanços obtidos nos documentos citados, mas pretende evidenciar percalços nas políticas públicas para educação, especialmente para os grupos citados no estudo uma vez que são apoiadas pelos modelos heteronormativos discutidos.

Posto isto, convém notar que, por mais que haja uma agenda global da educação

atrelada à diversidade, como contemplado por Moreira (2016), ficam nítidas evidências de que o pânico moral, igualmente por ela descrito, impedindo a distribuição de materiais no ano de 2010 para o programa escola sem homofobia, a respeito da temática da orientação sexual e gênero, e contribuiu para que até hoje haja um notável constrangimento em as escolas oferecerem esses conteúdos para os alunos, o que faria esclarecer e naturalizar alguns tabus sobre o tema.

Após o exame deste documento de referência da educação nacional partimos para um estudo de Silva (2011) em documentos internacionais, da UNESCO, a partir do olhar de Marcuse. Bem como o anterior, em síntese, este lança uma crítica ao Estado liberal e afirma que ele se transforma em Estado totalitário em um estágio avançado de desenvolvimento de uma de suas vertentes e neste trabalho se buscou, além dessa vertente liberal, contrapontos na democracia e no direito à diversidade e do dever da tolerância.

Segundo a autora, Marcuse (apud SILVA, 2011) defende que as palavras na sociedade administrada são distintas da sua “representação linguística autêntica” o que convém a demanda dos poderes instituídos pela ordem social vigente com um suposto discurso “universal, apaziguador e, aparentemente, imparcial” (SILVA, 2011, p.59). Dessa forma, usam a tolerância e a diversidade para se tolerar até mesmo o intolerável e a diversidade se encontra no patamar do direito ao invés de se tornar realidade.

A autora cita, sobre isto, que para Marcuse a tolerância se relaciona com a educação que não pode ser desvinculada da relação com a totalidade social e das forças que sobre ela incidem, e nesse sentido, Marcuse (1972 apud SILVA, 2011) considera emergente uma educação contra-política que resiste e se contrapõe a política atual e diz que só assim poderíamos objetivar a tolerância real.

Um ponto de conversa deste com os outros trabalhos é que a tolerância, não deve estar vinculada aos poderes instituídos uma vez que anuncia uma liberdade na realidade impossível de se alcançar com as atuais condições sociais proporcionadas por eles e, ao invés de promover a libertação, ela reprime pela via da sustentação do *status quo* destes poderes. Segundo o autor, um exemplo sobre essa afirmação é que a DPT (Declaração de Princípios sobre a Tolerância), apresentada na Assembleia Geral da ONU, em 1993, utiliza um conceito, especificado no seu primeiro artigo, que traz imanente a valorização da diversidade cultural no mundo, e que é indispensável para a paz e para o progresso econômico e social. Para Marcuse (1970 apud SILVA, 2011), a tolerância que não é um fim em si mesmo se torna uma opção para propósitos particulares servindo mais ao atraso do que ao avanço no trato de propósitos humanos, como a diversidade que trata este trabalho, e para isso a tolerância deve ser tratada como um fim em si mesmo.

Outro diálogo é estabelecido com o fato de Silva (2011) afirmar que, para o alcance da tolerância, devemos apreciar os sujeitos a partir do seu movimento constitutivo para o trato pedagógico da diversidade, ressalva igualmente localizada no estudo de

Bortolini (2012), mas no atual modelo social a individualidade tem sido diluída pelo capitalismo.

Encontramos mais uma articulação com o trabalho sobre a implementação do PNE 2014 no momento em que este afirma que os direitos humanos são uma resposta necessária ao processo de globalização. Esta tese afirma que os organismos internacionais, que, entre outras coisas, atuam em defesa dos direitos humanos, surgiram para mediar esse processo como guardiães da saúde econômica mundial, mas também em atenção às condições para expansão das corporações transnacionais. Um exemplo é que a UNESCO; que é um organismo que vai além da economia e abrange a cultura, educação e assistência social e que fundamenta a educação em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser; elaborou o relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, na década 1990, e a autora nota que esse relatório deixa claro uma educação voltada para o fazer e a prática, valores de interesse do capital, e deixa outros pilares voltados à tolerância e à diversidade diluídos em um conceito reducionista da educação, apesar das declarações internacionais desde a fundação da UNESCO abordarem a tolerância e a eliminação da discriminação.

Ao final, Silva (2011) observa que a UNESCO passou a diminuir o que ela denomina como posições partidárias do órgão internacional após estudos e teorias que foram discutidas, com o passar dos anos, a partir das decisões tomadas pelo órgão. Essa diminuição foi notada no teor e implicações da elaboração dos seus novos relatórios.

Após essas análises de documentos nacionais e internacionais partimos, para uma matéria diferente, a diversidade sob o prisma das práticas pedagógicas e do currículo relativo às temáticas de gênero na educação. Em consonância com as afirmações acima referidas, a dissertação de Bortolini (2012) contém conclusões relacionadas com argumentos pertinentes para reforçar os estudos sobre os documentos de referência da educação e da diversidade, tematizados nos outros trabalhos analisados.

As práticas administrativas, pedagógicas e o currículo foram observados a partir de uma parceria do Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010. Bortolini (2012) enumera casos em que a escola demonstra que já tem um discurso sobre questões de gênero por atuar como se existisse um conteúdo curricular ou diretriz sobre o assunto, ao mesmo tempo em que nega que o papel da escola seja debater esse tema.

Para reforçar este ponto, o autor se refere a algumas pesquisas que demonstram uma tendência sexista, racista e misógina, o que é alarmante em relação à educação como meio de propagação da tolerância. Com isso, a preocupação com o tema gênero na escola deve estar em um patamar da organização de como praticar a temática, onde, quando e antever efeitos e elementos neste intuito.

Segundo Candau (2008) para uma educação intercultural a escola deve promover:

Um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc. (CANDAUI, 2008, p. 54)

De fato é esperado, em especial pelos grupos atingidos por discriminações variadas, que a escola promova esta inclusão com o incentivo da relação entre diversos comportamentos e culturas, envolvendo todos os atores escolares, o currículo e as suas práticas pedagógicas, mas estes estudos supracitados não corroboram com esta ampla promoção.

A iniciativa da pesquisa de Bortolini consistiu em cursos de extensão presenciais com enfoque nas relações de gênero-sexualidade na escola e profissionais da rede pública de educação do Rio de Janeiro ficaram responsáveis em planejar e realizar esses cursos. Através das estratégias didáticas utilizadas foi notado, em síntese, pelo autor, que elas sugeriam que o homossexual é um sujeito com características predefinidas, que essas características são expostas no modo de andar, vestir e falar, conforme o estereótipo do senso comum, e foram além, ao debater a questão como um conjunto de predicados bastante estável e lógico para ser replicado em uma aula, como recurso para solucionar preconceitos provocados por reducionismos.

Apartir desses pressupostos escolhidos para as atividades desenvolvidas Bortolini (2012) baseou suas críticas em fatos pertinentes e relacionados aos outros estudos, como exemplos, não julgar o que é apenas um ato como a definição integral do sujeito; a impossibilidade de determinar uma identidade homossexual a ser lecionada; valorizar o processo de construção dinâmica da identidade dos indivíduos e, também, o debate a respeito de gênero na educação abordar apenas os homossexuais, o que incorre no perigo de afirmar, no subjetivo da comunicação, o comportamento heterossexual como algo óbvio, natural, normal, que paira acima das discussões por ser tratada como referência de normalidade, enquanto o outro grupo precisa ser alvo de estudos para sua “viabilidade social”. Assim, é importante debater e relacionar os envolvidos para demonstrar que não há diferenças que justifiquem estas citadas prevalências na forma de lidar com alguns sujeitos em detrimento de outros.

Conforme Louro (2001), numa ótica desconstrutiva, deve ser demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e passar a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como ‘natural’. A naturalização deve acontecer quando algo é normal, mas, neste caso, o normal é apenas a natural posição dessa naturalização como um alvo a ser desconstruído para objetivar a inclusão de minorias.

Esses foram os pontos e conclusões que, segundo esses autores, foram alcançadas em suas pesquisas sobre a tolerância e a diversidade. Faz-se mister notar que há objetos de discussão e muitos condicionamentos que se tornaram unívocos em ao menos parte desses trabalhos.

Apesar das diferentes conjunturas estudadas sobre a diversidade, compreendendo, em alguns casos, as especificidades e circunstâncias de apenas um grupo, como os homossexuais, despontou no cruzamento destes trabalhos que a estrutura dos mecanismos que influenciam, com contornos positivos ou negativos, a diversidade são semelhantes, implicando numa possível analogia entre as situações que vivenciam outros grupos excluídos e as tematizados nestes casos debatidos. Importante observar também que quando confrontados aspectos relacionados a análises paralelas, ou seja, em relação à elaboração dos documentos de referência ou referente as situações atreladas às práticas pedagógicas e sociais, o volume de correspondências entre as compreensões dos autores ganhou um maior volume de ocorrências.

Inicialmente, apontamos essas consistências nos trabalhos referentes aos documentos de referências na educação, um em nível nacional e outro em nível internacional. Podemos examinar que eles dialogam em assuntos que operam no nível macro, no que tange a elaboração política de documentos de referência para a educação, e nos condicionamentos que contextualizam o tema da diversidade social e politicamente.

Silva (2011) e Moreira (2016) convergem nos aspectos supracitados em relação à crítica ao liberalismo, à afirmação que há uma agenda global a favor da tolerância como efeito do capitalismo e, ainda, a respeito da tolerância instituída pelos atuais poderes constituídos que exclui mais do que inclui. Há muitos vínculos entre essas três questões, sobretudo, se notadas às considerações de cada trabalho.

Esses trabalhos se dedicaram no início às críticas da conjuntura provocada pelo liberalismo e suas instituições a frente da sociedade impossibilitando a difusão de práticas favoráveis à diversidade. Pode-se dizer que nesta apreciação macro da diversidade há uma raiz, um tronco e seus frutos, sendo, respectivamente, a ordem social liberal/capitalista, suas instituições e uma agenda global que sirva aparentemente para apaziguar as políticas relacionadas à diversidade, mas sustente uma normatização excludente às minorias, conforme o que lhes convém.

Para Silva (2011), há, diante do Estado atual e capitalista, uma coisificação que provoca o ajustamento das pessoas conforme imposições do sistema em vigor e, para Moreira (2016), conforme a Governamentalidade Biopolítica de Foucault (2010 apud MOREIRA 2016), para que o Estado ou o mercado afinado ao capitalismo exerça sua força. Para tal, é indispensável que a subjetivação dos sujeitos seja ditada por normas que configurem suas existências conforme seus interesses.

Estes autores concordam, então, na atual subjetivação que delimita espaços de existência, amparado pelas instituições que ligam sujeitos a algo que os normalize ou convença de uma suposta limitação de sua participação social conforme Moreira (2016), e como descreve Silva (2011) através de relatórios internacionais de educação que se basearam em pilares da educação relacionados à prática e ao fazer e não se espelharam em pilares com o “aprender a viver juntos” ou “aprender a ser” relativos à diversidade. Como sugestão para superar essas desigualdades sociais que o próprio

sistema político atual preserva, com base em Marcuse (1972 apud SILVA, 2011), devemos não tolerar o intolerável, a exemplo das situações mencionadas acima, utilizando uma educação contra a atual política.

Com esses obstáculos a resolver numa perspectiva macro, ou seja, na elaboração dos documentos referentes à diversidade, os caminhos didáticos pedagógicos utilizados no desenvolvimento de atividades que trabalhassem a questão da diversidade são pautados nos estudos de Bortolini (2012) e Silva (2011). Para os autores acima citados os entraves compreendidos como determinantes para a diversidade compor mais espaços se entrelaçaram diante da não observação de que a orientação sexual é um movimento constitutivo e não a definição exclusiva do indivíduo, tornando injusto este julgamento/definição.

Além desse julgamento errôneo, é necessário destacar condutas ao tematizar a diversidade que tornam os grupos dominantes uma referência de normalidade, como ao abordar o tema apenas com referências aos grupos excluídos, dando a impressão que esses necessitam serem debatidos enquanto os grupos dominantes possuem supostas diferenças que os tornam normais e estejam além de qualquer discussão, implicitamente contribuindo para uma finalidade oposta à que se propõe. Podemos, com isso, fazer uma correspondência dessa atitude com diversos comportamentos, não só o homossexual supracitado, mas que sejam distintos do que é normatizado pelos poderes constituídos e lidem com semelhantes dificuldades.

Segundo os autores, para fortalecer a diversidade, ao invés da discriminação, devemos dar a devida estima à construção dinâmica das identidades dos sujeitos, sobretudo porque, ao mesmo tempo, a individualidade tem sido diluída pelo capitalismo e pelo *status quo* dos poderes instituídos pela atual ordem social, e pela mesma motivação, a educação em relação à diversidade tem apresentado um conceito reducionista, sendo esta discriminação uma forma de sustentar este sistema.

Por fim, isto é notado em um tema no qual os três estudos tornam-se unívocos: acerca da tolerância replicada pelos poderes instituídos na atual ordem social servir para a exclusão de sujeitos. Este ponto foi alvo dos trabalhos que enfatizaram os documentos de referência, mas foi além e igualmente foi importante em meio à análise das práticas pedagógicas e do currículo. Segundo Bortolini (2012) esta atuação nos faz olhar e não perceber que difundimos discursos que potencializam o *status quo* de estruturas que operam contra a diversidade como referência de normalidade. Em suma, sujeitos são vinculados a algo que os normalize, segundo Moreira (2016), não percebem ideias intolerantes que revigorem estruturas, conforme Bortolini (2012), e esses mecanismos elaboram documentos em favor da diversidade, fundamentados no capital, que deixam pilares da diversidade na educação despercebidos, como notado por Silva (2011). Eis um traço central entre as pesquisas, da elaboração à implementação das políticas em educação e a diversidade.

Esta tolerância faz com que escolas digam ser a favor da inclusão LGBTTT na escola, que foi o tema de uma das pesquisas analisadas, mas não permitam que em seu

espaço seja debatido orientação sexual e gênero no ambiente escolar. Este assunto é discutido apenas após, e se houver, constrangimentos em razão da tolerância com a falta de esclarecimentos sobre o tema em nossa sociedade que convive com direitos que necessitam dessa agenda por parte da escola.

4 | CONCLUSÃO

Nota-se que, em outras palavras, algo que está na essência destas pesquisas é pertinente à questão da necessidade de reconhecimento dos sujeitos e as implicações da sua falta. Os indivíduos são produtos e produtores de construções sociais incorporadas por meio da nossa cultura, em constante troca com outros sujeitos, e a importância de não definirmos os indivíduos por uma atitude ou um recorte histórico, mas pelo seu particular movimento constitutivo, se dá no tocante a nossa identidade ser moldada também pelo reconhecimento do outro, pela falta desse reconhecimento ou pelo falso reconhecimento, visto nas práticas pedagógicas mencionadas por Bortolini (2012). Esse reconhecimento ou a falta dele origina e, antes, é fruto das injustiças sociais, desigualdades e outros tipos de violências suscitadas pelo estado, mas também pelas pessoas.

A retroalimentação entre o Estado e as pessoas, segundo os estudos em tela, se dá pela nossa atual ordem social, e, portanto, a tolerância que harmoniza a diversidade deve ser intolerante com estes poderes para o alcance de uma tolerância real, e a escola, vista como instituição diretamente ligada à consciência dos indivíduos, necessita estabelecer uma educação contra a atual política para alcançar o reconhecimento da pluralidade presente, em especial, na nossa sociedade atual que convive com uma exposição maior do debate sobre a diversidade de gênero, de credo, de raça entre outras.

Essa educação contra a atual política se refere a diferentes documentos e diferentes políticas que devem ser efetivadas. Quanto a isto, um fato insurge como implicação da distinção na atribuição do *status* cidadão e se configura na prática dos direitos humanos. Candau (2008) lista entre os elementos relevantes para uma efetiva implementação dos direitos humanos a exigibilidade dos direitos conquistados. Por mais que haja um arcabouço teórico bem elaborado e que atribua uma indivisibilidade dos direitos, entre eles os sociais, civis e culturais, a exigibilidade é o aferimento prático de não se tratar apenas de uma boa retórica os avanços dos direitos humanos, mas notamos na prática fragilidades como as supracitadas, não apenas pela via da timidez e subterfúgios das políticas de educação diante da necessidade da desconstrução de ideais que privilegiem atribuições de status desiguais, mas também pelas políticas existentes que não saem do papel.

Essas conclusões trazem uma perspectiva de orientação para a construção de didáticas, formação docente e de práticas pedagógicas que sejam condizentes com a

desconstrução da desigualdade e do preconceito. Diante do exposto em dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, desponta a competência da escola em participar do desenvolvimento de espaços plurais que não diluam a individualidade dos sujeitos. Para isso, seus profissionais devem, desde já, se preparar, tematizar em debates a diversidade e se dispor na conscientização da prática do reconhecimento para, com isso, buscar uma cada vez maior participação pública na elaboração de consistentes documentos que referenciem a diversidade e o alcance de uma plural e atuante mudança social.

REFERÊNCIA

BENTO, Berenice e PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 569-581, maio-agosto/2012.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola: Currículo e prática pedagógica**. Dissertação de mestrado, Educação, PUC-Rio, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____, Câmara dos Deputados. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2017.

CANDAU, Vera Lucia. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13. n. 37. jan. /abr. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Access on 19 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014**. Dissertação de Mestrado, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

OLIVEIRA, Mariana. Decisão do CNJ obriga cartórios a fazer casamento homossexual. **Portal G1**, 14 maio 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/apos-uniao-estavel-gay-podera-casar-em-cartorio-decide-cnj.html>> Acesso em 04 maio 2016.

SILVA, Lenildes Ribeiro da. **O discurso moderno sobre a tolerância, diversidade e educação: os documentos da UNESCO e a crítica de Marcuse**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-098-8

